

Responsabilidade Social das OSCIPs: informações para divulgação

RAIZIANE CÁSSIA FREIRE DA SILVA

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES (URI)

ROSANE MARIA SEIBERT

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES (URI)

CLEA BEATRIZ MACAGNAN

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS OSCIPs: informações para divulgação

1. Introdução

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) são Organizações Com Fins Não Econômicos (OCFNEs), que operam pelo Estado (Zainon, Atan, & Wah, 2014), contribuindo com serviços sociais, sem objetivo de lucro. Esse tipo de organização é parte integrante da economia de vários países e desempenham atividades com objetivos sociais, ambientais e/ou econômicos e financeiros. Seus recursos são provenientes de doações de *stakeholders* que as apoiam, a saber: governo, empresas, indivíduos, etc. (Fletcher, Guthrie, Steane, Ross, & Pike, 2003; Wiggill, 2014). Tanto os resultados quanto o uso dos recursos devem estar consoantes às expectativas dos *stakeholders*, no sentido de atender a expectativa estabelecida pelo contrato social existente entre as partes: organização e sociedade (Rousseau, 2015). Assim, para as OSCIPs continuarem existindo nas comunidades onde estão inseridas, precisam atender as expectativas criadas, conquistando e/ou ampliando a confiança dos seus *stakeholders* sobre a necessidade de sua existência, para que estes as legitimem. Um caminho para a legitimação, além da conduta conforme as expectativas, é a mitigação da assimetria de informação entre os gestores das OSCIPs e seus respectivos *stakeholders*. Para tanto, a transparência sobre seu comportamento decisório e a responsabilidade social assumida, são medidas que permitem a redução da assimetria de informação e podem ser estabelecidas por meio da evidenciação de informações (Fletcher *et al.*, 2003; Seibert & Macagnan, 2019).

Nesse sentido, a evidenciação é um meio estratégico que permite às OSCIPs demonstrarem que estão cumprindo com o contrato social assumido, o que oportuniza a obtenção da legitimação; guardando uma reputação e imagem organizacional favorável, possibilitando a captação de recursos e evitando possíveis pressões públicas, sociais e políticas (Cormier & Magnan, 2015; O'Donovan, 2002; Shocker & Sethi, 1973). Como a evidenciação de informações gera custos para a organização (Verrecchia, 2001), o uso da *Internet* apresenta-se como um canal alternativo de evidenciação onde as OSCIPs podem publicar para uma quantidade maior de *stakeholders*, com mais rapidez e menor custo, quando comparado aos meios tradicionais de evidenciação, como os relatórios anuais (Gandía, 2011; Kiliç, 2016; Silva, Serbeit, Juliane, Wbatuba, 2018). Além disso, as páginas eletrônicas da *Internet* são o segundo meio de divulgação mais utilizado para obtenção de informações sobre as organizações, devido à facilidade do acesso (Danastas & Gadenne, 2006).

O Brasil possui 7.780 OSCIPs (MAPA, 2019), que podem beneficiarem-se de recursos governamentais, por meio da formalização de termos de parcerias, conforme regulamentam as Leis 9.790 e 13.204 (1999/2015). Parte das exigências legais estão relacionadas aos princípios da transparência, prestação de contas e responsabilidade social preconizados pela governança das organizações (Silva, Seibert, Wbatuba, & Macagnan, 2015). Todavia, as informações elencadas para a evidenciação ficam aquém do que poderia demonstrar a responsabilidade social e, conseqüentemente, o cumprimento do contrato social estabelecido entre as organizações e os *stakeholders* (Silva *et al.*, 2015; Santos, Ohayon & Pimenta, 2017), o que demonstra a falta de transparência por parte dessas organizações. Na investigação realizada por Silva *et al.* (2015), em que analisou as páginas eletrônicas OSCIPs do Rio Grande do Sul, publicadas na *Internet*, constatou a insuficiência de informações evidenciadas, indicando a necessidade de melhoria no sistema de governança, o qual deve estabelecer políticas que atendam ao princípio de transparência.

Tendo em vista que a revisão da literatura (Deegan, 2002; Gallego-Álvarez e Quina-Custodio, 2016; O'Donovan, 2002; Seibert e Macagnan, 2017/2019) destaca a importância da evidenciação para atender à necessidade dos *stakeholders* por transparência, com vistas a assegurar a legitimidade da organização e evitar pressões públicas, sociais e políticas, este

estudo objetivou construir uma relação de indicadores e relatórios de informações representativas de reponsabilidade social para a evidenciação pelas OSCIPs, em suas páginas eletrônicas da *Internet*, como meio de transparência aos seus *stakeholders*.

Além desta introdução, este artigo é composto pela revisão da literatura que fundamentou esta pesquisa empírica, pelo processo metodológico adotado para o desenvolvimento e pela descrição e discussão dos resultados encontrados. Finaliza-se com as considerações finais, as referências e os apêndices.

2. Revisão da Literatura

As OSCIPs possuem algumas características, oriundas das OCFNEs, que as diferenciam das outras organizações inseridas no primeiro ou segundo setor da economia. As OSCIPs configuram-se como um tipo de OCFNE, que pertence ao terceiro setor formado por organizações que oferecem produtos ou serviços que, muitas vezes, seriam de responsabilidade do governo público atender à população, mas que nem sempre consegue efetivar. A existência dessas organizações permite ao governo financiar a prestação de serviços públicos e proporcionar a redistribuição voluntária da riqueza numa parceria público-privada, onde o governo entra com o recurso e as organizações com os serviços (Hofmann & Mcswain, 2013; Silva *et al.*, 2015). As OSCIPs enfrentam situações e dificuldades que colocam em risco sua sustentabilidade, por isso, faz-se necessário reformular as suas práticas de gestão, tornando-as mais profissionais e adequadas para atender as exigências dos seus *stakeholders*. Entre essas práticas está a transparência da responsabilidade social organizacional (Zainon *et al.*, 2014).

Os *stakeholders* podem ser constituídos por governo, empregados, fornecedores, doadores, clientes e a comunidade em geral (Parmar *et al.*, 2010). Eles afetam e podem ser afetados pelas atividades dessas organizações na realização de seus objetivos (Freeman, 1984), além de deterem o poder de legitimá-las e permiti-las continuarem atuando e desenvolvendo-se na comunidade onde estão inseridas. O exercício desse poder é influenciado pela percepção quanto às ações e comportamento da organização frente as expectativas e necessidades dos *stakeholders*. Caso não sejam atendidos, eles podem formar grupos de pressão assim como deixarem de prover recursos, ameaçando a sobrevivência organizacional (Balsler & McClusky, 2005).

O comportamento de transparência, o qual se configura pela publicação tempestiva de informações relevantes de forma clara, objetiva, completa e de qualidade, possibilita aos *stakeholders* conhecerem a conduta social da organização, bem como avaliarem os impactos que suas atividades podem causar em seus interesses (Dantas, Zendersky & Niyama, 2005). A redução da assimetria informacional, sustentada pelo princípio de transparência, propicia a melhoria da confiança dos *stakeholders* na organização (Lee & Joseph, 2013; Seibert & Macagnan, 2017). Logo, quanto mais transparente for a organização, maior deverá ser sua legitimidade perante seus *stakeholders* (Gazzola, Ratti & Amelio, 2017). Nesse contexto, a evidenciação, além de ser um mecanismo de transparência, é uma ferramenta de legitimação, pois através dela as OSCIPs podem gerenciar a percepção dos *stakeholders* para conquistar, manter, ampliar ou recuperar sua posição de legítima e merecedora de continuar atuando na sociedade em que está inserida (Cormier & Magnan, 2015; Deegan, 2002; O'Donovan, 2002).

A legitimidade é a percepção “generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, apropriadas ou adequadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (Suchman, 1995, p. 574). Portanto, uma organização só será reconhecida como legítima quando cumprir com as expectativas, explícitas e implícitas, do contrato social que rege essa relação com a sociedade, devolvendo algo do interesse dela para validar sua permanência (Lindblom, 1994; O'Donovan, 2002; Shocker & Sethi, 1973). Nesse sentido, a evidenciação desempenha um papel primordial para legitimação organizacional, visto que, por meio dela a organização estará projetando uma imagem favorável ao demonstrar

seus esforços para a legitimação ou, se for o caso, para evitar perda da legitimidade e a diminuição de apoio ativo do seus *stakeholders* (Cormier & Magnan, 2015; O'Donovan, 2002).

Entre as informações que devem ser evidenciadas estão as que comprovam o comprometimento da organização com a responsabilidade social. A responsabilidade social parte da premissa que a sociedade tem expectativas quanto ao comportamento e os resultados gerados pela organização, motivada pela ligação existente entre ambas (Machado, 2011). Seu conceito transita desde visões puramente econômicas até visões estratégicas, perpassando pela filantropia e atingindo a sustentabilidade da sociedade e do ambiente natural agora e para as futuras gerações (Gonzalez-Perez, 2013; Seibert & Macagnan, 2019). Ela possui várias categorias que representam questões que devem ser consideradas pela organização, entre as quais, destacam-se: a econômica e financeira, a social, a ambiental, a estratégica, a legal, a ética, a governança e a públicos da organização (Seibert & Macagnan, 2017). A responsabilidade social exige da organização a integração com seus *stakeholders* e a responsabilidade voluntária de ir além das suas obrigações legais (Dahlsrud, 2008).

A evidenciação de informações representativas de responsabilidade social, configuram-se como conceitos abstratos, porém, pode ser realizada através de indicadores representativos dessas informações. Essas informações podem estar evidenciadas nos relatórios ou em outros canais de comunicação da organização, como em suas páginas eletrônicas da *Internet*, por exemplo. Os indicadores, por sua vez, são medidas representativas de questões ou preocupações específicas (Rempel, Andison & Hannon, 2004), ou ainda, variáveis que representam as necessidades do sistema em que as organizações estão inseridas (Sao Jose & Figueiredo, 2011). Eles agregam e facilitam a comunicação de informações complexas e abstratas tornando-as mais compreensíveis, mais práticas e quantificáveis, quando necessário (Hardi & Barg, 1997).

Os indicadores desejáveis para representar a realidade de um sistema ou fenômeno seriam aqueles capazes de quantificar, mensurar, simplificar e comunicar informações significativas, além de tornar perceptíveis situações e fatos relevantes para análise e tomada de decisão (Gallopín, 1996). Em geral, um único indicador não executa tais funções (Rempel *et al.*, 2004), sendo necessário agrupá-los em categorias, selecionando-os com rigor a fim de que representem elementos chaves do fenômeno (Sao Jose & Figueiredo, 2011). No entanto, não há um consenso nos estudos teóricos e empíricos sobre quais e quantos indicadores, por categoria, utilizar-se para evidenciação das diversas informações organizacionais (Gallego-Álvarez & Quina-Custodio, 2016), existindo várias possibilidades. A quantidade de indicadores selecionados dependerá da complexidade do objetivo a ser alcançado (Rempel *et al.*, 2004).

Outro importante meio de comunicação são os relatórios, o qual configuram-se como documentos de comunicação oficial das organizações, utilizados para comunicar aos *stakeholders* o desempenho econômico e financeiro, a realização da atividade organizacional, o desenvolvimento de ações sociais e ambientais, bem como sua conduta socialmente responsável (Cooper & Owen, 2007). É o caso dos relatórios de sustentabilidade, relatório integrado, relatório Ethos de sustentabilidade, relatório anual e as demonstrações contábeis (Kiliç, 2016; Zainon *et al.*, 2014).

3. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em três fases. Na primeira fase buscou-se levantar os indicadores e os relatórios para evidenciação. Para tanto, foi realizada uma revisão na literatura teórica e empírica, bem como em documentos divulgados por organizações fomentadoras de práticas orientativas de evidenciação, tais como: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), *Global Reporting Iniciate* (GRI), Instituto Ethos, *United Nations Global Compact* (UNGC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), *Securities Exchange Comission* (SEC) e *Internal Revenue Services* (IRS). Com a realização desse levantamento foi possível construir

um formulário aplicado aos *stakeholders*, contendo apenas as categorias de responsabilidade social mais citadas na literatura empírica e nos documentos orientativos revisados, no qual os *stakeholders* sugeriram informações de seu interesse para a evidenciação das OSCIPs. As categorias foram: econômica e financeira, legal, ética, estratégica, governança, social e ambiental. Também deixou-se espaço para que os participantes da pesquisa pudessem indicar outras informações consideradas relevantes que não se encaixavam nas categorias sugeridas no formulário.

Os formulários foram aplicados aos *stakeholders* de três OSCIPs, localizadas em três municípios do Estado do Rio Grande do Sul, escolhidas por acessibilidade. Dessas OSCIPs, duas desenvolvem atividades de associações de defesa dos direitos sociais e uma desenvolve atividade de orfanato (MAPA, 2019). Para identificação dos *stakeholders* considerou-se o que preconiza a literatura, ou seja, a organização deve conhecer suas principais partes interessadas, pois as mesmas devem atender suas necessidades e demandas em primeiro lugar (Yusoff, Lehman & Nasir, 2006). Clarkson (1995) classifica os *stakeholders* em primários e secundários, sendo funcionários, clientes, fornecedores, doadores/investidores e a comunidade considerados *stakeholders* primários das OSCIPs. Foram esses os respondentes dos formulários de pesquisa.

A aplicação dos formulários deu-se em encontros com os *stakeholders* de cada OSCIP, utilizando-se da técnica de *brainstorming* (Godoi, 2004), com a tomada de ideias por escrito. Nos encontros explicou-se o objetivo da pesquisa e a definição das categorias indicadas no formulário. Esclareceu-se que as respostas seriam individuais e livres, de acordo com que julgassem ser importante para a OSCIP evidenciar nos seus sites de *Internet*. Esse procedimento resultou em 55 formulários respondidos que foram tratados por meio de técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977). Após, essas informações somada aquelas levantadas na literatura e documentos orientativos foram trianguladas (Vergara, 2010) resultando em uma relação preliminar de indicadores e de relatórios de informações representativos de responsabilidade social.

A segunda fase da pesquisa objetivou valorar e validar os indicadores e os relatórios que compõem a relação preliminar resultante da primeira fase. Para isto, a relação preliminar foi transformada em um novo formulário criado no *Google Form* e enviado para 47 especialistas por meio da ferramenta “contato” disponível na Plataforma Lattes. Nesta versão do formulário solicitou-se que os especialistas atribuíssem valor para cada item, numa escala de 1 a 5, sendo 1 nada importante e 5 muito importante para a evidenciação (Vieira, 2011), além de sugestões de inclusão e exclusão de itens, o que resultou em um total de 17 respostas. Simultaneamente, enviou-se um formulário similar para os *stakeholders* participantes da fase anterior, bem como, para outros *stakeholders*, de todas as regiões brasileiras, pois considerou-se que essas organizações estão por todo território nacional, o que torna qualquer comunitário brasileiro um *stakeholder* de uma OSCIP brasileira. Para alcança-los, o *link* de acesso ao formulário foi enviado por *e-mail* para 77 secretarias de Programas de Pós-Graduação nas áreas de Administração e Ciências Contábeis, distribuídos por todas as regiões do país, e solicitado que o mesmo fosse repassado para seus alunos e ex-alunos. Também foi enviado para turmas de graduação dos cursos da mesma área, de uma IES, grupos de *whatsapp* e *Messenger*. Desse modo, foi possível coletar 224 respostas.

Com as respostas obtidas pelos especialistas e *stakeholders*, foi possível proceder o refinamento da relação preliminar dos indicadores e dos relatórios. Devido a inclusão de itens sugeridos por ambas as partes, realizou-se uma nova rodada de valoração, complementar, com os *stakeholders* através de outro formulário desenvolvido no *Google Form*, contendo apenas as informações sugeridas na etapa anterior e enviado conforme método adotado na primeira rodada de valoração, resultando em 62 respostas. Com as evidências obtidas nessa fase, gerou-se a relação final.

Na terceira, e última fase, da pesquisa fez-se testes de validação da relação de indicadores e relatórios. Com o valor atribuído na fase anterior, utilizou-se de estatística descrita para calcular a média e desvio padrão de cada item da relação (Yamamoto, 2009). Procedeu-se, ainda, o teste de confiabilidade, calculando-se o Alpha de Cronbach, e o Teste da medida de adequabilidade da amostra de Kaiser (Cronbach, 1951; Kaiser, 1968). A aplicação desses testes é relevante por possibilitar a verificação da consistência interna da relação e se, de fato, pode ser utilizada como métrica de índice de evidenciação, dando confiabilidade à pesquisa (Beuren & Angonese, 2015; Seibert & Macagnan, 2017). Além disso, fez-se uma análise de correlação para verificar o grau de associação entre os itens da relação (Gujarati & Porter, 2011).

4. Resultados

Neste tópico são apresentados e discutidos os resultados empíricos de cada fase da pesquisa, iniciando pela construção, seguido pela fase de validação dos indicadores e dos relatórios conforme a perspectiva dos especialistas e dos *stakeholders* e finalizando com os resultados encontrados na estatística descritiva, teste de confiabilidade, de adequação da amostra e de correlação entre os indicadores e os relatórios.

4.1 Construção dos Itens para Divulgação

Os itens que compõem a relação de informações para evidenciação pelas OSCIPs foram identificados, primeiramente, na literatura teórica e empírica. Ainda, identificou-se as metodologias utilizadas na construção dessas informações em estudos anteriores: a) revisão de pesquisas empíricas anteriores para identificar os indicadores e os relatórios utilizados para medir a evidenciação das organizações; b) leis ou normas técnicas para fazer a seleção dos itens; c) revisão de documentos orientativos para identificar os itens recomendados para a evidenciação. Essas metodologias podem ser aplicadas individualmente ou em conjunto. Na Figura 1 apresenta-se as fontes revisadas para levantamento das informações e metodologia. Destaca-se que, apesar da revisão ter ocorrido desde 2006, para os artigos científicos e documentos orientativos, na figura consta a partir de 2015. Para as leis e normas nacionais e internacionais a revisão ocorreu desde 1999, mas são apresentadas a partir de 2012.

Onde foi obtido	Estudos / Documentos / Site
Literatura teórica e empírica	Correa, Gonçalves e Moraes (2015), Marquezan, Seibert, Bart, Barbosa e Alves (2015); Silva <i>et al.</i> (2015), Gallego-Álvarez e Quina-Custodio (2016), Kiliç (2016), Oliveira, Ceglia e Antônio Filho (2016), Santos <i>et al.</i> (2017)
Leis e normas brasileiras e internacionais	NBC ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros (CFC, 2012); NBR 16001:2012 - Responsabilidade Social: Sistema de Gestão – Requisitos (Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], 2012); SA8000:2014 – Responsabilidade Social (Social Accountability International, 2014) e AA1000SES - <i>Stakeholder Engagement Standard</i> (Accountability, 2015).
Documentos orientativos da evidenciação de responsabilidade social	Guia de Sustentabilidade Corporativa do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC, 2014); Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais (IBGC; GIFE, 2015); Normas GRI para Relatórios de Sustentabilidade da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI, 2016) e Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis (Instituto Ethos, 2017).
Outros	Indicadores GIFE de Governança (GIFE, n.d.); Form 20-F (SEC, n.d.); Form 990 (IRS, n.d.) e no Índice de Sustentabilidade Empresário (Brasil, Bolsa & Balcão, n.d).

Figura 1. Levantamento das categorias, relatórios e indicadores de SER

Fonte: Elaborado pelas autoras

Esse levantamento resultou em uma relação contendo 77 itens, variando entre indicadores e relatórios, para evidenciação nas páginas eletrônicas de *Internet* das OSCIPs. Esses itens estão subdivididos nas categorias de responsabilidade social e apresentados na coluna “Teoria” do Apêndice A. Na sequência, realizou-se a identificação dos indicadores e

dos relatórios junto aos *stakeholders* das OSCIPs, com o objetivo de conhecer quais informações, conforme suas expectativas, devem ser evidenciadas pelas OSCIPs. Como resultado, obteve-se uma relação de 94 itens apresentados na coluna “*Stakes*” do Apêndice A. As categorias que mais receberam sugestões de itens foram: ambiental, econômica e financeira, legal e social, indicando que as informações dessas categorias são do interesse dos *stakeholders* e demandam maior atenção por parte das estratégias de evidenciação das OSCIPs.

No caso da categoria ambiental, essa atenção pode ser justificada pelas progressivas discussões sobre as questões ambientais e a intensificação das campanhas de conscientização ambiental, inclusive das organizações, motivando o clamor para que as mesmas adotem uma conduta ambientalmente responsável (Silva *et al.*, 2018; Yusoff *et al.*, 2006). As informações econômicas e financeiras, se destacam pela sua relevância em conquistar e/ou aumentar a confiança dos *stakeholders*, devendo as organizações evidenciá-las como forma de demonstrar que os recursos obtidos estão sendo geridos adequadamente (Gazzola *et al.*, 2017), o que também garante a legitimidade organizacional. A atenção dispensada à categoria legal, demonstra que os *stakeholders* são propensos a averiguar a seriedade da organização para certificarem-se de que não estão investindo em uma instituição fraudulenta e legalmente irresponsável. Desse modo, além de avaliar a legitimidade da organização, monitoram a execução do contrato social (Lindblon, 1994; Seibert & Macagnan, 2017) que, neste caso, é representado pelo cumprimento das diversas obrigações legais. Já a categoria social expõe o anseio dos *stakeholders* por mais informações que evidencie o desempenho social da organização, derivado da vontade de monitoramento para assegurarem-se que a organização está cumprindo com seu objetivo principal, que é contribuir para o bem-estar da sociedade (Zainon *et. al.*, 2014).

A triangulação dos itens levantados na revisão da literatura com os que foram sugeridos pelos *stakeholders*, totalizou 122 itens, informados nas colunas “Nº” e “Indicadores / Relatórios” do Apêndice A. Desse total, após análise de conteúdo, foram extraídos 86 itens, entre relatórios e indicadores. Para tanto, foram selecionados os indicadores e os relatórios encontrados na revisão bibliográfica e/ou documental e todos os que mais vezes foram sugeridos pelos *stakeholders*. Foram excluídos os indicadores e os relatórios citados de um a três vezes e que não constavam na literatura, havendo exceções. Os demais itens sugeridos foram analisados, de acordo com a categoria indicada. Os resultados estão apresentados na coluna “Relação Preliminar” do apêndice A. Ressalta-se que grande parte das informações sugeridas pelos *stakeholders*, inclusive alguns dos mais citados pelos mesmos, coincidiram com os encontrados na literatura e nos documentos de orientação consultados. Na sequência, apresenta-se o resultado da valoração e validação da relação preliminar, constituindo-se da segunda fase da pesquisa.

4.2 Valoração e Validação dos Itens

A relação preliminar contendo 86 itens foi valorada e validada por especialistas e *stakeholders*, conforme apresentado no Apêndice B. Na rodada com os especialistas, todos os itens obtiveram nota acima do valor mediano de 3,5 e, portanto, foram considerados importantes para a evidenciação das OSCIPs. Destaca-se que o indicador projetos sociais obteve 4,76 na média e desvio padrão de 0,44, indicando maior nota média e menor variação nas notas recebidas. Já o menor valor médio foi atribuído ao indicador política de contratação de aprendiz com 3,53, apresentando um desvio padrão de 1,07, o que indica maior variação entre as notas atribuídas. Esses resultados podem ser observados na coluna “Especialistas” do Apêndice B. Os resultados da rodada realizada com os *stakeholders* mostram pequenas diferenças entre as médias. O maior valor médio foi de 4,68 obtido pelo indicador política de prevenção e combate à corrupção, com um desvio padrão de 0,71. Já a menor média foi de 3,67 atribuída ao indicador relações com sindicatos/órgãos de classes, com desvio padrão 1,13. Esses resultados podem ser

observados na coluna “*Stakeholders*” do Apêndice B e mostram que houve maior variação entre as notas atribuídas pelos *stakeholders*, em relação aos especialistas, o que significa que os interesses destes são um pouco mais dispersos do que daqueles, em relação a um mesmo indicador ou relatório.

Além da atribuição de notas, os especialistas sugeriram a inclusão dos itens “relato integrado” e “pessoas beneficiadas no ano com as atividades”, os quais foram incluídos na relação. Por outro lado, propuseram a exclusão do relatório “demonstração das origens e aplicações de recursos”, no entanto, optou-se pela sua permanência por ser um dos relatórios contábeis citados na Lei das OSCIPs como componente da prestação de contas obrigatória ao Ministério da Justiça. Sugeriram, ainda, a exclusão do “balanço social” e do “relatório de sustentabilidade”, porém optou-se por mantê-los por serem relatórios que as OSCIPs podem utilizar como forma de prestação de contas aos seus *stakeholders*. Recomendaram a redução da lista dos indicadores e dos relatórios, no entanto, optou-se por não reduzir concordando com Beuren e Angonese (2015, p. 139): “quanto mais itens um instrumento apresentar, melhor tende a ser a percepção do nível de evidenciação e menor a probabilidade de erro”. Ademais, uma organização possui vários *stakeholders* com interesses distintos em relação as informações que devem ser evidenciadas. Logo, quanto mais rica e diversificada for a evidenciação da organização, maior será o número de *stakeholders* atendidos.

Os *stakeholders*, além da atribuição de notas, sugeriram a inclusão dos itens: “público diretamente e indiretamente atendido”, “reflexo da organização no desenvolvimento local”, “informações sobre os custos”, “excelência no atendimento”, “metas atingidas” e “plano de carreira”. Dessas sugestões, optou-se por não incluir os indicadores “reflexo da organização no desenvolvimento local”, pela dificuldade de mensuração (Gallopim, 1996), e “informações sobre os custos”, por entender que são informações já evidenciadas nas demonstrações contábeis constantes da relação. Sugeriram a exclusão do indicador “política de equidade racial e gênero”, porém optou-se pela não exclusão por considerá-lo relevante ao julgamento do cumprimento dos direitos humanos (ABNT, 2010). Outras duas sugestões foram a exclusão do relatório contábil “demonstração das origens e aplicações de recursos” e a redução de itens na relação preliminar, no entanto, optou-se em não excluir o relatório contábil, bem como em não reduzir os itens da matriz, conforme justificado previamente. Dessa forma, apenas incluiu-se os itens “público diretamente e indiretamente atendido”, “excelência no atendimento”, “metas atingidas” e “plano de carreira dos colaboradores”.

Com as inclusões proveniente das sugestões dos especialistas e *stakeholders*, a relação passou de 86 para 91 itens. Para a validação e valoração desses 5 itens se procedeu uma etapa complementar que consistiu no envio de um novo formulário para os *stakeholders*, contendo somente os itens incluídos, para atribuição de valores, conforme realizado na rodada anterior. Esses resultados estão apresentados no Apêndice C. No entanto, para realização dos testes, que caracteriza a terceira fase da pesquisa, não foram considerados os itens incluídos, pois na valoração complementar obteve-se um número de respostas menor, em relação à quantidade de respostas obtidas aos itens constantes do Apêndice B. Os resultados dos testes são apresentados a seguir.

4.3 Teste dos Itens

Considerando que confiabilidade e validade são importantes requisitos para qualquer instrumento de medida (Martins, 2006) foram adotados dois métodos para averiguar se a relação de itens para a evidenciação atende a esses quesitos: o Alpha de Cronbach, para determinar a confiabilidade, e a medida de adequabilidade da amostra de Kaiser, para determinar a validade. Na Tabela 1 apresenta-se as medidas recomendadas e as medidas encontradas nesta pesquisa:

Tabela 1

Medidas de confiabilidade e adequabilidade

Testes	Recomendado	Valor Obtido (P Valor)
Alpha de Cronbach	0,70	0,98
Adequabilidade da Amostra de Kaiser	0,50	0,93

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras

O Alpha de Cronbach é uma medida usada para verificar a consistência interna dos itens da relação e presumir sua confiabilidade (Cronbach, 1951; Martins, 2006). Ele varia entre zero e um, mas a confiabilidade só é aceita se atingir, no mínimo, 0,7 (Hair Junior *et al.*, 2009). Para achar o Alpha da relação, utilizou os valores atribuídos pelos especialistas e *stakeholders* com auxílio do *software Excel*. O valor encontrado neste trabalho, indica a consistência interna e confiabilidade dos itens da relação construída ao longo da pesquisa. Apesar do alto grau de consistência interna, o construto pode não ser adequado para medir o que se propõe medir, por isso, foi calculada a medida de adequabilidade da amostra de Kaiser, com o auxílio do *software Eviews 9.5*. A medida de adequabilidade da amostra avalia se os itens que compõe a relação são adequados, considerando a intercorrelação das variáveis analisadas, sendo a amostra considerada adequada se alcançar o valor mínimo de 0,5 (Hair Junior *et al.*, 2009; Kaiser, 1968). Logo, por meio das notas atribuídas pelos especialistas e *stakeholders*, o resultado encontrado confirma a adequação dos itens testados.

Ressalta-se que o tamanho da amostra influencia o valor do Alpha Cronbach e da medida de adequação da amostra. Assim, quanto maior for o número de itens analisados, maior poderá ser o valor do Alpha e do Teste de Kaiser (Hair Junior *et al.*, 2009). Como a relação contou com 86 itens, este fator pode ter contribuído para alcançar os valores encontrados neste estudo, sugerindo redundância nos itens (Streiner, 2003). Por outro lado, os mesmos autores destacam que o grau de correlação entre os itens analisados, igualmente influenciam os resultados, ou seja, quanto maior a correlação, maior será o valor do Alpha e da medida de adequação da amostra. Dessa forma, buscou-se verificar a correlação entre os itens da relação por meio da análise de correlação.

A análise de correlação foi realizada para verificar o quanto os indicadores e os relatórios estão correlacionados (Gujarati & Porter, 2011). Constatou-se que alguns itens apresentam correlação igual e/ou superior a 0,700 com significância a 0,01 (***) , ou seja, estão significativamente correlacionados, conforme apresentado no Apêndice D. Além disso, todas as correlações são positivas, demonstrando que o respondente ao atribuir valor alto para um item, também atribuiu valor alto para o outro a ele correlacionado. As correlações encontradas eram esperadas, por serem itens que juntos fornecem detalhes a respeito da informação que os *stakeholders* estão buscando, levando os respondentes a atribuírem altos graus de importância ao conjunto. É o caso, por exemplo, da correlação existente entre os relatórios contábeis balanço patrimonial (*ind_1*) e demonstração do resultado do exercício (*ind_5*); da correlação do indicador valores arrecadados com eventos, campanhas e mensalidades (*ind_15*) com o indicador valores investidos em projetos (*ind_16*); ou da correlação entre o indicador estatuto da organização (*ind_23*) com os indicadores normas internas/regimentos internos (*ind_25*). Os resultados da análise de correlação, explicam e reforçam tanto o resultado encontrado para o Alpha de Cronbach como a medida de adequação da amostra, além de ser consoante com Hair Junior *et al.* (2009), ao demonstrar a proporção existente entre o grau de correlação com os valores do Alpha e da medida de adequação da amostra.

5. Considerações Finais

O presente estudo buscou identificar os indicadores e relatórios representativos de informações sobre reponsabilidade social que podem ser evidenciados nas páginas eletrônicas de *Internet* das OSCIPs. À luz da teoria da legitimidade se demonstrou que as OSCIPs podem utilizar a evidenciação como uma ferramenta para conquistar ou manter sua legitimidade, disponibilizando ao seus *stakeholders* legitimadores, informações que demonstrem o atendimento das expectativas assumidas no contrato social, outrora firmado entre ambas as partes. Assim, os *stakeholders* reconhecem as OSCIPs como legítimas e merecedoras de permanecerem atuando na sociedade em que estão inseridas. Além disso, por meio da evidenciação dessas informações, as OSCIPs demonstram transparência, que é prática esperada dessas organizações.

A pesquisa foi desenvolvida em três fases. Na primeira, foi realizada a revisão da literatura teoria e empírica e uma pesquisa documental nos documentos de orientação sobre o tema, o que possibilitou a identificação de indicadores e relatórios, categorias de responsabilidade social e metodologias utilizadas por pesquisadores para construção de relações de itens utilizadas em seus estudos. Esse levantamento permitiu a criação de um formulário com as categorias da responsabilidade social, que foi aplicado para grupos de *stakeholders* de três OSCIPs, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, visando coletar sugestões de relatórios e indicadores conforme a percepção e o interesse de cada um. Mediante o resultado advindo da revisão da literatura e das expectativas dos *stakeholders*, construiu-se uma relação preliminar de indicadores e relatório de evidenciação, a qual foi validada por especialistas, bem como por *stakeholders*, constituindo-se a segunda fase da pesquisa. Na terceira, e última fase da pesquisa, realizou-se os testes confirmando-se a consistência interna da relação, por meio do Alpha de Cronbach, a adequação da medida da amostra, por meio do Teste de Kaiser, ambos com valores acima do recomendado. Também constatou-se a correlação positiva, igual e/ou superior a 70% e com significância a 0,01 em alguns itens, por meio da análise de correlação.

A construção da relação de indicadores e relatórios de evidenciação para as OSCIPs, apresentada nesse estudo, é uma proposta de melhoria das páginas eletrônicas de *Internet* dessas organizações, no sentido de evidenciar informações relevantes para seus *stakeholders* e aproveitar os benefícios que tal ferramenta pode trazer a organização quando usada de forma estratégica para aumentar a transparência. A relação pode ser utilizada pelos gestores para o atendimento das expectativas de seus *stakeholders*, bem como, pelos órgãos reguladores, no sentido de demonstrar indicadores e relatórios que possam servir para estabelecer padrões de evidenciação para as OSCIPs.

A pesquisa se limitou a identificar os indicadores e relatórios de evidenciação para as organizações qualificadas como OSCIPs, utilizando como meio de evidenciação suas páginas eletrônicas da *Internet*. Logo, estudos futuros poderão ampliar a pesquisa para outros tipos de organizações e outros canais de evidenciação, tais como: relatórios anuais, relatório de sustentabilidade, jornais *on-line*, jornais impressos, rádio, TV, dentre outros, como para outros meios eletrônicos, tais quais *facebook*, *twitter*, *blogs* e outros. Para averiguar a perspectiva dos *stakeholders*, na primeira etapa da pesquisa, a participação foi restrita aqueles que têm envolvimento apenas com as três OSCIPs da amostra. Também, abordou-se algumas categorias da responsabilidade social selecionando-se apenas as mais frequentes nas pesquisas empíricas e nos documentos de orientação sobre o tema. Desse modo, sugere-se outros estudos envolvendo outras categorias da responsabilidade social, com participação de mais *stakeholders* e mais OSCIPs na amostra, possibilitando a ampliação da confiabilidade e a comparação dos resultados das pesquisas futuras com os identificados nessa.

Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2010). *NBR ISO 26000:2010*. Rio de Janeiro: Autor.

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2012). *NBR 16001:2012*. Rio de Janeiro: Autor.
- Accountability. (2015). *AA1000SES - Stakeholder Engagement Standard*. Recuperado em 24 de abril, 2017 de <https://www.accountability.org/standards/>
- Balser, D., & Mcclusky, J. (2005). Managing stakeholder relationships and nonprofit organization effectiveness. *Nonprofit Management and Leadership*, 15(3), 295-315. <https://doi.org/10.1002/nml.70>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beuren, I. M., & Angonese, R. (2015). Instrumentos para determinação do índice de evidência de informações contábeis. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 8(1), 120-144. <http://dx.doi.org/10.19177/reen.v8e12015120-144>
- Brasil, Bolsa, Balcão. (n.d.). *Índice de sustentabilidade empresarial*. Recuperado em 24 de abril, 2017 de <http://indicadores.isebvmf.com.br/questionnaires/downloads>.
- Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. (1999). Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Recuperado em 24 de julho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm
- Lei n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015. (2015). Altera as Leis n.ºs 13.019, de 31 de julho de 2014; 8.429, de 2 de julho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei n.º 91, de agosto de 1935. Recuperado em 25 de abril, 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm
- Conselho Federal de Contabilidade. (2015). *ITG 2002 (R1)*. Recuperado em 14 de maio, 2017 de [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002(R1).pdf).
- Clarkson, M. B. E. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *The Academy of Management Review*, 20(1), 92-117. DOI: 10.2307/258888
- Cooper, S. M., & Owen, D. L. (2007). Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7), 649-667. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2007.02.001>
- Cormier, D., & Magnan, M. (2015). The economic relevance of environmental disclosure and its impact on corporate legitimacy: an empirical investigation. *Business Strategy and the Environment*, 24(6), 431-450. <https://doi.org/10.1002/bse.1829>
- Correa, J. C., Gonçalves, M. N., & Moraes, R. O. (2015). Disclosure ambiental das companhias do setor petróleo, gás e biocombustíveis listadas na BM&FBovespa: Uma análise à luz da teoria da legitimidade. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4(3), 139-154. DOI: 10.5585/geas.v4i3.254
- Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometria*, 16(3), 297-334. DOI: 10.1007/BF02310555
- Dahlsrud, A. (2008). How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1-13. <https://doi.org/10.1002/csr.132>
- Danastas, L., & Gadenne, D. (2006). Social and environmental NGOs as users of corporate social disclosure. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, 8(1), 85-102. <https://doi.org/10.1142/S1464333206002323>
- Dantas, J. A., Zendersky, H. C., & Niyama, J. K. (2005). A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidência. *Revista Economia & Gestão*, 5(11), 56-76.
- Deegan, C. (2002). Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures-a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282-311. <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Fletcher, A., Guthrie, J., Steane, P., Roos, G., & Pike, S. (2003). Mapping stakeholder perceptions for a third sector organization. *Journal of Intellectual Capital*, 3, 505-527. <https://doi.org/10.1108/14691930310504536>
- Freeman, E. R. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

- Gallego-Álvarez, I., & Quina-Custodio, I. A. (2016). Disclosure of corporate social responsibility information and explanatory factors. *Online Information Review*, 40(2), 218-238. <https://doi.org/10.1108/OIR-04-2015-0116>
- Gallopín, G. C. (1996). Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. *Environmental Modelling & Assessment*, 1, 101-117. <https://doi.org/10.1007/BF01874899>
- Gandía, J. (2011). Internet disclosure by nonprofit organizations: empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(1), 57-78. DOI: 10.1177/0899764009343782
- Gazzola, P., Ratti, M., & Amelio, S. (2017). CSR and sustainability report for nonprofit organizations: an Italian best practice. *Management Dynamics in the Knowledge Economy*, 5(3), 355-376.
- Grupo de Institutos Fundações e Empresas. (n.d.). *Indicadores GIFE de Governança*. Recuperado em 24 de abril, 2017 de <http://gife.org.br/indicadores-gife-de-governanca>.
- Godoi, M. H. P. C. (2004). *Brainstorming: como atingir metas*. São Paulo: INDG.
- Gonzalez-Perez, M. A. (2013). Corporate social responsibility and international business: A conceptual overview. *Advances in Sustainability and Environmental Justice*, 11, 1-35.
- Global Reporting Initiative. (2016). *Normas GRI para relatórios de sustentabilidade*.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. Porto Alegre: Bookman.
- Hair Junior, J. F., Black, W. C., Babin, J. B., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman.
- Hardi, P., & Barg, S. (1997). *Measuring sustainable development: review of current practice*. Winnipeg: IISD.
- Hofmann, M. A., & Mcswain, D. (2013). Financial disclosure management in the nonprofit sector: a framework for past and future research. *Journal of Accounting Literature*, 32, 61-87. <https://doi.org/10.1016/j.acclit.2013.10.003>
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, & Grupo de Institutos Fundações e Empresas. (2014). *Guia das melhores práticas de governança para Institutos e Fundações empresariais* (2a. ed.) São Paulo: IBGC; GIFE.
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. (2017). *Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis*. São Paulo: Autor.
- Internal Revenue Services. *Form 990*. Recuperado em 11 de maio, 2017 de <http://www.irs.gov/pub/irs-pdf/f990.pdf>.
- Kaiser, H. F. (1968). A measure of the average intercorrelation. *Educational and Psychological Measurement*, 28, 245-247.
- Kiliç, M. (2016). Online corporate social responsibility (CSR) disclosure in the banking industry: Evidence from Turkey. *International Journal of Bank Marketing*, 34(4), 550-569. <https://doi.org/10.1108/IJBM-04-2015-0060>
- Lee, R. L., & Joseph, R. C. (2013). An examination of web disclosure and organizational transparency. *Computers in Human Behavior*, 29(6), 2218-2224.
- Lindblom, C. K. (1994). The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. *Critical Perspectives on Accounting Conference*, New York.
- Machado, C. P., Filho. (2011). *Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações*. São Paulo: Cengage Learning.
- Marquezan, L. H. F., Seibert, R. M., Bartz, D., Barbosa, M. A. G., & Alves, T. W. (2015). Análise dos determinantes do disclosure verde em relatórios anuais de empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18(1), 127-150.
- Martins, G. A. (2006) Sobre confiabilidade e validade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 8(20), 1-12.
- Mapa das Organizações da Sociedade Civil*. (2019). Recuperado em 03 de março, 2019 de <https://mapaosoc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html>.
- O'Donovan, G. (2002). Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability & predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. 15(3), 344-371. <https://doi.org/10.1108/09513570210435870>

- Oliveira, M. C., Ceglia, D., & Antônio Filho, F. (2016). Analysis of corporate governance disclosure: a study through BRICS countries. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 16(5), 923-940. <https://doi.org/10.1108/CG-12-2015-0159>
- Parmar, B. L. et al. (2010). Stakeholder theory: the state of the art. *The Academy of Management Annals*, 4(1), 403-445.
- Rempel, R. S., Andison, D. W., & Hannon, S. J. (2004). Guiding principles for developing an indicator and monitoring framework. *The Forestry Chronicle*, 80(1), 82 - 90. <https://doi.org/10.5558/tfc80082-1>
- Rousseau, J. J. (2015). *O contrato social: princípios do direito público* (2a. ed.) São Paulo: EDIPRO Social Accountability Internacional. *SA8000: 2014*. New York: Autor.
- Santos, C. M. V., Ohayon, P., & Pimenta, M. M. (2017). Disclosure via website e as características das empresas do terceiro setor: um estudo empírico das entidades cariocas. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 10(1), 73-90. DOI: 10.14392/ASAA.2017100105
- Sao Jose, A. S., & Figueiredo, M. A. G. (2011). Modelo de proposição de indicadores globais para organização das informações de responsabilidade social. *Anais do Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 7.
- Securities Exchange Commission. *Form 20-F*. Recuperado em 2 de agosto, 2016 de <http://www.sec.gov/about/forms>
- Seibert, R. M., & Macagnan, C. (2019). Social responsibility disclosure determinants by philanthropic higher education institutions. *Meditari Accountancy Research*, 27(2), 258-286. DOI:10.1108/MEDAR-04-2018-0328
- Seibert, R. M., & Macagnan, C. B. (2017). *Responsabilidade social: a transparência das instituições de ensino superior filantrópicas*. Novas Edições Acadêmicas.
- Shocker, A. D., & Sethi, S. P. (1973). An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. *California Management Review*, XV(4), 97-105.
- Silva, R. C. F., Seibert, R. M., Wbatuba, B. B. R., & Macagnan, C. B. (2015). As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas OSCIPs do RS. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(3), 24-44. DOI: 10.5773/rgsa.v9i3.1104
- Silva, R. C. F., Seibert, R. M., Juliani, L. I., & Wbatuba, B. B. R. (2018). Evidenciação ambiental: uma análise nas corporações brasileiras de alto impacto ambiental listadas na BM&FBovespa. *Revista de Gestão e Secretariado*, 9(3), 46-71. <https://doi.org/10.7769/gesec.v9i3.705>
- Streiner, D. L. (2003). Starting at the beginning: an introduction to coefficient alpha and internal consistency. *Journal of personality assessment*, 80(1), 99-103.
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571-610.
- United Nations Global Compact. (2014). *Guide to Corporate Sustainability: shaping a sustainable future*. New York: Autor.
- Vergara, S. C. (2010). *Métodos de pesquisa em administração* (4a. ed.) São Paulo: Atlas.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1), 97-180. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)
- Vieira, V. A. (2011). *Escalas em marketing: métricas de respostas do consumidor e de desempenho empresarial*. São Paulo: Atlas.
- Wiggill, M. (2014). Donor relationship management practices in the South African non-profit sector. *Public Relations Review*, 40, 278-285. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.10.005>
- Yamamoto, R. K. (2009). *Estudo dirigido de estatística descritiva*. São Paulo: Erica.
- Yusoff, H., Lehman, G., & Nasir, N. (2006). Environmental engagements through the lens of disclosure practices: a Malaysian story. *Asian Review of Accounting*, 14, 122-148, 2006. <https://doi.org/10.1108/13217340610729509>
- Zainon, S., Atan, R., & Wah, Y. B. (2014). An empirical study on the determinants of information disclosure of Malaysian non-profit organizations. *Asian Review of Accounting*, 22(1), 35-55. <https://doi.org/10.1108/ARA-04-2013-0026>

Apêndice A – Relação preliminar resultado da revisão da literatura e sugestões dos *stakeholders*, e encaminhada para valoração e validação.

Nº	Categ.	Indicadores/Relatórios	Teoria	Stakes	Relação Preliminar
1	Econômica e Financeira	Análise das Demonstrações Contábeis (Rentabilidade, Liquidez, Endividamento)		X	
2		Balancetes		X	
3		Balço Patrimonial	X	X	X
4		Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	X		X
5		Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	X		X
6		Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	X	X	X
7		Demonstração do Fluxo de Caixa	X	X	X
8		Demonstração do Resultado do Exercício	X	X	X
9		Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)		X	X
10		Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	X	X	X
11		Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	X	X	X
12		Notas Explicativas	X	X	X
13		Orçamentos Financeiros		X	X
14		Parecer do Conselho Fiscal	X	X	X
15		Parecer dos Auditores Independentes	X	X	X
16		Quantidade de Projetos Aprovados para Captação de Recursos		X	
17		Quantidade de Projetos Submetidos para Captação de Recursos		X	
18		Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	X		X
19		Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades		X	X
20		Valores Investidos em Projetos		X	X
21	Legal	Carta Constitutiva		X	
22		Certidões (OSCI, CEBAS, Conselhos Municipais)		X	X
23		Certidões Negativas de Débito Estaduais, Federais e Municipais	X	X	X
24		CNPJ / Alvará		X	
25		Contrato Social		X	
26		Estatuto da Organização	X	X	X
27		Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição		X	X
28		Normas Internas / Regimentos Internos	X	X	X
29		Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	X	X	X
30		Relação de Multas	X	X	X
31		Respeito as Legislações Vigentes		X	
32		Resultado de Eleições		X	
33		Termo de Parceria		X	
34	Ética	Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	X	X	X
35		Código de Ética / Código de Conduta	X	X	X
36		Doações e Serviços sem fins Político-partidária		X	
37		Nº de Membros / Funcionários Envolvido em Corrupção		X	
38		Política de Prevenção e Combate a Corrupção	X	X	X
39		Respeito a Diversidade		X	
40		Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos Stakeholders	X		X
41	Estratégica	Áreas de Atuação		X	X
42		Balanced Scorecard		X	
43		Fluxograma dos Processos Desenvolvido		X	
44		Histórico da Organização	X	X	X
45		Metas e Objetivos Organizacionais	X	X	X
46		Missão e Visão / Valores e Princípios	X	X	X
47		Planejamento Estratégico	X	X	X
48		Plano de Ação		X	
49		Projetos em Andamento		X	
50		Quem Somos Nós		X	
51	Governança	Auditoria Independente	X		X
52		Auditoria Interna	X		X
53		Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	X		X
54		Composição Cargos de Chefia		X	
55		Composição da Diretoria	X	X	X
56		Composição dos Comitês (Ética e outros)	X	X	X
57		Composição dos Conselhos (Administração, Fiscal, etc)	X	X	X
58		Contador Responsável	X		X
59		Organograma / Estrutura Organizacional	X	X	X
60		Políticas de Gestão		X	
61		Presença de Outros Comitês		X	
62	Social	Balço Social	X	X	X
63		Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	X		X
64		Crítérios para Seleção Beneficiários		X	
65		Demonstração do Valor Adicionado – DVA	X	X	X
66		Eventos Beneficentes / Confraternizações		X	X
67		Informações sobre Doadores		X	
68		Investimentos Sociais	X		X
69		Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos, Vídeos)	X	X	X
70		Parceiras Sociais com outras Entidades		X	
71		Pesquisa de Diagnostico		X	
72		Política de Responsabilidade Social	X		X
73		Premiações		X	
74		Projetos Sociais	X	X	X
75		Relatório das Atividades Realizadas	X	X	X
76		Relatório de Sustentabilidade	X	X	X
77	Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	X		X	
78	Público da Organização	Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	X		X
79		Avaliação de Desempenho dos Funcionários	X		X
80		Campanhas Sociais com Público Interno		X	
81		Crítérios para Seleção dos Membros / Funcionários		X	

82		Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	x		x
83		Gasto com Fornecedores Locais	x	x	x
84		Investimento em Qualificação Profissional	x	x	x
85		Nº de Funcionários	x		x
86		Oportunidades de Trabalho	x		x
87		Perfil dos Funcionários	x	x	x
88		Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	x	x	x
89		Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	x		x
90		Política de Contratação de Aprendiz	x		x
91		Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	x		x
92		Política de Equidade Racial e Gênero	x		x
93		Política de Remuneração e Benefícios	x	x	x
94		Processo de Sucessão Principal Diretor	x		x
95		Produtividade dos Funcionários		x	
96		Política Recrutamento dos Conselheiros	x	x	x
97		Relações com Sindicatos / Órgão de Classes	x		x
98		Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	x	x	x
99		Rotatividade de Funcionários	x	x	x
100		Segurança e Saúde no Trabalho	x	x	x
101	Ambiental	Ações / Tecnologias para Redução do Impacto Ambiental		x	
102		Ações para Preservação Ambiental		x	
103		Auditoria Ambiental	x		x
104		Avaliação de Impacto Ambiental (Focos de Poluição, Riscos)		x	
105		Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	x		x
106		Coleta Seletiva do Lixo	x	x	x
107		Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	x		x
108		Controle de Consumo de Materiais		x	
109		Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	x	x	x
110		Desperdício de Água		x	
111		Destinação do Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico, etc)		x	x
112		Educação Ambiental	x	x	x
113		Investimentos Ambientais	x	x	x
114		Parcerias Ambientais		x	
115		Política Ambiental	x	x	x
116		Preservação / Conversação da Biodiversidade	x	x	x
117		Prevenção e Controle da Poluição do Ar	x		x
118		Projetos Ambientais	x	x	x
119		Reciclagem do Lixo	x	x	x
120		Seguro Ambiental	x		x
121		Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	x	x	x
122	Volume de Resíduos Gerados		x		

Apêndice B - Relação preliminar com as médias atribuída pelos especialistas e *stakeholders*.

Nº	Categorias Econômica e Financeira	Especialistas		Stakeholders	
		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
1	Balanço Patrimonial	4,24	1,09	4,34	0,99
2	Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	4,24	1,03	4,30	1,01
3	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	3,82	1,29	4,41	1,02
4	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	3,59	1,28	3,98	1,09
5	Demonstração do Resultado do Exercício	4,47	0,87	4,38	1,03
6	Demonstração do Fluxo de Caixa	4,53	0,80	4,13	1,13
7	Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)	4,53	0,94	4,40	0,91
8	Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	4,18	1,07	4,04	1,07
9	Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	3,94	0,97	4,13	1,00
10	Notas Explicativas	4,24	0,97	4,23	0,98
11	Orçamentos Financeiros	4,18	1,13	4,13	1,01
12	Parecer do Conselho Fiscal	4,47	0,80	4,14	0,98
13	Parecer dos Auditores Independentes	4,53	0,80	4,25	0,98
14	Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	4,29	0,99	4,00	1,04
15	Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	4,35	1,22	4,35	0,92
16	Valores Investidos em Projetos	4,24	1,20	4,46	0,87
Ética		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
17	Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	4,53	0,87	4,60	0,71
18	Código de Ética / Código de Conduta	4,35	0,86	4,53	0,79
19	Política de Prevenção e Combate à Corrupção	4,53	0,80	4,68	0,71
20	Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>stakeholders</i>	4,35	0,86	4,36	0,89
Legal		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
21	Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)	4,12	1,11	4,11	0,98
22	Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)	3,88	1,17	4,21	0,97
23	Estatuto da Organização	4,53	0,80	4,30	0,90
24	Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição	4,06	0,90	4,16	0,98
25	Normas Internas / Regimentos Internos	4,12	1,11	4,16	0,96
26	Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	4,29	0,92	4,13	1,04
27	Relação de Multas	4,00	1,06	3,88	1,08
Estratégica		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
28	Áreas de Atuação	4,71	0,59	4,35	0,84
29	Histórico da Organização	4,53	0,80	4,19	0,91
30	Metas e Objetivos Organizacionais	4,71	0,85	4,50	0,76
31	Missão e Visão / Valores e Princípios	4,59	0,62	4,41	0,83
32	Planejamento Estratégico	4,53	0,51	4,46	0,84
Governança		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
33	Auditoria Independente	4,35	0,86	4,29	0,91
34	Auditoria Interna	4,24	1,15	4,24	0,87
35	Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	4,24	0,97	4,34	0,81

36	Composição da Diretoria	4,35	0,86	4,21	0,90
37	Composição dos Comitês (Ética e outros)	4,18	0,88	4,15	0,91
38	Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)	4,41	0,80	4,22	0,91
39	Contador Responsável	4,18	1,38	4,27	0,96
40	Organograma / Estrutura Organizacional	4,00	1,00	4,20	0,93
Social		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
41	Balanço Social	4,29	1,05	4,44	0,80
42	Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	4,35	0,86	4,24	0,90
43	Demonstração do Valor Adicionado – DVA	4,59	0,62	4,12	1,00
44	Eventos Beneficentes / Confraternizações	3,88	1,05	3,92	0,98
45	Investimentos Sociais	4,53	0,62	4,37	0,85
46	Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos Vídeos)	4,18	1,01	4,08	0,89
47	Política de Responsabilidade Social	4,59	0,80	4,39	0,81
48	Projetos Sociais	4,76	0,44	4,46	0,84
49	Relatório das Atividades Realizadas	4,59	0,87	4,38	0,85
50	Relatório de Sustentabilidade	4,59	0,62	4,44	0,81
51	Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	3,76	1,15	4,21	0,93
Públicos da Organização		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
52	Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	4,12	1,17	4,61	0,68
53	Avaliação de Desempenho dos Funcionários	3,94	0,97	4,19	0,97
54	Envolvimento com os <i>stakeholders</i>	4,29	0,69	4,18	0,91
55	Gasto com Fornecedores Locais	4,18	0,88	4,01	1,01
56	Investimento em Qualificação Profissional	4,12	0,78	4,45	0,83
57	Nº de Funcionários	4,00	0,87	3,88	1,17
58	Oportunidades de Trabalho	3,82	1,01	4,21	0,97
59	Perfil dos Funcionários	4,00	0,79	3,91	1,06
60	Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	3,71	0,69	3,98	1,10
61	Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	4,18	0,73	4,01	1,05
62	Política de Contratação de Aprendiz	3,53	1,07	3,96	1,07
63	Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	3,88	1,27	4,16	1,04
64	Política de Equidade Racial e Gênero	4,06	1,03	3,91	1,21
65	Política de Remuneração e Benefícios	3,94	1,09	4,18	0,93
66	Processo de Sucessão Principal Diretor	4,12	0,86	3,96	1,03
67	Recrutamento dos Conselheiros	3,94	0,83	3,83	1,08
68	Relações com Sindicatos / Órgão de Classes	3,71	1,05	3,67	1,13
69	Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	3,88	1,27	3,78	1,10
70	Rotatividade de Funcionários	3,88	1,05	3,76	1,08
71	Segurança e Saúde no Trabalho	4,00	1,17	4,38	0,91
Ambiental		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
72	Auditoria Ambiental	4,47	0,72	4,24	0,98
73	Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	4,24	0,97	4,21	0,99
74	Coleta Seletiva do Lixo	4,12	1,05	4,41	0,95
75	Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	4,35	0,70	4,45	0,89
76	Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	4,41	0,80	4,39	0,90
77	Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico etc.)	4,35	0,79	4,50	0,88
78	Educação Ambiental	4,18	1,13	4,42	0,85
79	Investimentos Ambientais	4,53	0,72	4,38	0,88
80	Política Ambiental	4,59	0,71	4,36	0,88
81	Preservação / Conversação da Biodiversidade	4,41	0,71	4,35	0,89
82	Prevenção e Controle da Poluição do Ar	4,53	0,62	4,34	0,91
83	Projetos Ambientais	4,53	0,72	4,40	0,89
84	Reciclagem do Lixo	4,35	0,61	4,46	0,82
85	Seguro Ambiental	3,82	0,95	4,04	1,07
86	Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	4,65	0,49	4,52	0,80

Apêndice C - Valoração complementar dos itens

Nº	Indicadores / Relatórios	Méd.	D.P.
87.	Metas Atingidas	4,61	0,56
88.	Clientela Atendida (Direta e Indireta)	4,48	0,77
89.	Pesquisa de Satisfação da Clientela Atendida	4,32	0,83
90.	Plano de Carreira	4,19	0,87
91.	Relato Integrado	4,13	0,67

Apêndice D – Matriz de correlação

	IND_1	IND_11	IND_12	IND_14	IND_15	IND_21	IND_23	IND_24	IND_26	IND_30	IND_36	IND_37	IND_4	IND_45	IND_47	IND_48
IND_13			0,759 ***													
IND_16					0,789 ***											
IND_2	0,730 ***															
IND_22						0,728 ***										
IND_25							0,705 ***	0,781 ***								
IND_27									0,783 ***							
IND_4	0,716 ***															
IND_5	0,830 ***	0,709 ***														
IND_8				0,756 ***												
IND_31										0,719 ***						

IND_38												0,759 ***	0,755 ***				
IND_5														0,730 ***			
IND_48															0,767 ***	0,708 ***	
IND_50																	0,719 ***

	IND_5	IND_59	IND_62	IND_63	IND_66	IND_72	IND_74	IND_75	IND_76	IND_77	IND_78	IND_79	IND_80	IND_81	IND_82	IND_83	IND_84
IND_6	0,703 ***																
IND_60		0,703 ***															
IND_63			0,809 ***														
IND_64				0,755 ***													
IND_67					0,810 ***												
IND_73						0,743 ***											
IND_75							0,855 ***										
IND_76							0,835 ***	0,868 ***									
IND_77							0,769 ***	0,800 ***	0,830 ***								
IND_78							0,716 ***	0,747 ***	0,735 ***	0,723 ***							
IND_79									0,709 ***		0,771 ***						
IND_80						0,712 ***					0,765 ***	0,854 ***					
IND_81						0,706 ***					0,733 ***	0,800 ***	0,809 ***				
IND_82											0,717 ***	0,798 ***	0,742 ***	0,849 ***			
IND_83											0,771 ***	0,838 ***	0,848 ***	0,811 ***	0,745 ***		
IND_84							0,749 ***	0,723 ***	0,710 ***		0,744 ***						0,704 ***
IND_85														0,710 ***			
IND_86							0,713 ***	0,766 ***	0,734 ***								0,801 ***

*** significância a 0,01